



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A Experiência do Auditor e a
Qualidade da Auditoria
Em Empresas Cotadas na Euronext Lisbon

por

Constança Gomes da Silva e Marques dos Anjos

Católica Porto Business School
Novembro 2023



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A Experiência do Auditor e a Qualidade da Auditoria Em Empresas Cotadas na Euronext Lisbon

Trabalho Final na modalidade de Dissertação apresentado à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

Constança Gomes da Silva e Marques dos Anjos

sob orientação de

Professora Doutora Maria José Martins Lourenço da Fonseca
Professor Doutor Ricardo Miguel Martins da Costa Ribeiro

Católica Porto Business School
Novembro 2023

Agradecimentos

Apesar de este ser um trabalho pessoal, gostaria de prestar o meu sincero agradecimento a algumas pessoas, sem as quais tanto a execução como a conclusão do mesmo não teriam sido possíveis.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria José Fonseca um especial agradecimento, pela sua orientação tão profundamente atenta, disponível, esclarecedora e instrutiva, sem a qual certamente este processo seria ainda mais árduo.

Ao meu coorientador, Professor Doutor Ricardo Ribeiro, pelo conhecimento partilhado, aliado à sua disponibilidade para esclarecimentos.

À minha família, em particular aos meus pais, por me apoiarem sempre, e me ajudarem a ultrapassar da melhor forma os obstáculos. Obrigada por me motivarem, e também por estarem sempre disponíveis para estarem ao meu lado nos desafios.

Aos meus amigos, pela compreensão nos momentos de ausência, assim como pela motivação para atingir os meus objetivos.

A todos, o meu mais sincero, obrigada.

Resumo

A qualidade da auditoria (QA) desempenha um papel fundamental na garantia da veracidade das informações financeiras, bem como na prevenção de manipulações de resultados (MR) e fraudes por parte da administração das empresas.

A literatura sustenta que a experiência do auditor surge como um fator crucial, pois, ao longo da sua carreira, o auditor enfrenta uma variedade de situações e desafios que contribuem para aprimorar a sua capacidade de identificar riscos, aprofundar o seu conhecimento, e tomar decisões mais apropriadas.

Esta dissertação tem como objetivo (i) testar se a experiência do auditor tem um impacto positivo na QA e (ii) se não há diferenças no impacto da experiência na QA, para auditores integrados em empresas Big 4 e Não-Big 4.

Para avaliar a QA, é utilizada a manipulação de resultados (MR) como *proxy*, medida através da estimação dos *accruals* discricionários das empresas auditadas, seguindo o Modelo de Jones Modificado, e é também efetuada uma regressão linear múltipla. A análise foi realizada em 36 empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisbon, usando dados de 2018 a 2022, inclusive.

Os resultados indicam que a experiência do auditor tem um efeito significativamente negativo na MR, confirmando a hipótese de que auditores mais experientes tendem a produzir auditorias de maior qualidade. Confirmam ainda que não há diferenças neste efeito, entre auditores pertencentes a empresas Big 4 e Não-Big 4.

Palavras-chave: auditoria; qualidade da auditoria; manipulação de resultados; experiência do auditor; Modelo de Jones Modificado; *accruals* discricionários

Nº de palavras: 8448

Abstract

Audit quality (AQ) plays a fundamental role in guaranteeing the transparency and truthfulness of financial information, as well as preventing manipulation of results and fraud on the part of company management.

The literature argues that the auditor's experience is a crucial factor because, throughout their career, the auditor faces a variety of situations and challenges that contribute to improving their ability to identify risks, deepen their knowledge and make more appropriate decisions.

This dissertation aims to (i) test the relationship between auditor experience and AQ, and (ii) if there are no differences in the impact of experience on AQ for Big 4 and non-Big 4 auditors.

To assess AQ, earnings manipulation (EM) is used as a proxy, measured by estimating the discretionary accruals of audited companies, following the cross-sectional Modified Jones Model, and a multiple linear regression is also carried out. The analysis was carried out on 36 Portuguese companies listed on Euronext Lisbon, using data from 2018 to 2022.

The results indicate that auditor experience has a significantly negative effect on EM, confirming the hypothesis that more experienced auditors tend to produce higher quality audits. They also confirm that there are no differences in this effect between Big 4 and non-Big 4 auditors.

Keywords: auditing; audit quality; earnings manipulation; auditor experience; Modified Jones Model; discretionary accruals

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Índice	xi
Índice de Figuras.....	xiii
Índice de Tabelas	xv
Índice de Abreviaturas.....	xvii
Capítulo 1 Introdução	1
Capítulo 2 Revisão de Literatura.....	6
2. Conceitos Relevantes.....	6
2.1 Auditoria e Auditor.....	6
2.2 Qualidade da Auditoria.....	8
2.2.1 Definição da Qualidade da Auditoria.....	8
2.2.2 Medição da Qualidade da Auditoria	9
2.2.3 Determinantes da Qualidade da Auditoria.....	12
2.2.3.1 Características do Auditor.....	12
2.2.3.2 Características do Cliente	15
Capítulo 3 Hipóteses Teóricas e Método.....	17
3.1 Hipóteses Teóricas.....	17
3.2 Método	19
Capítulo 4 Aplicação Empírica	23
4.1 Descrição da Amostra	23
4.2 Estatística Descritiva da Equação (1)	25
4.3 Resultados da Estimação da Equação (1).....	25
4.4 Estatística Descritiva da Equação (2)	28
4.5 Análise Preliminar	30
4.6 Resultados da Estimação da Equação (2).....	33
Capítulo 5 Conclusão	36
Bibliografia.....	39

Índice de Figuras

- Figura 1 Impacto da Experiência na Qualidade da Auditoria.
- Figura 2 Impacto da Experiência de Auditores Integrados em Big 4 na Manipulação de Resultados
- Figura 3 Impacto da Experiência de Auditores Integrados em Não-Big 4 na Manipulação de Resultados.

Índice de Tabelas

Tabela 1	Processo de Seleção da Amostra.
Tabela 2	Descrição das Variáveis.
Tabela 3	Estatística Descritiva da Equação (1).
Tabela 4	Resultados da Estimação do Modelo de Jones Modificado <i>Cross-sectional</i> .
Tabela 5	Estatística Descritiva da Equação (2).
Tabela 6	Resultados do Modelo de Regressão Linear.

Índice de Abreviaturas

CAT	Categoria da empresa de auditoria
CLC	Certificação legal das contas
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
DF	Demonstrações financeiras
DIM	Dimensão da empresa auditada
ENDIV	Grau de endividamento da empresa auditada
EXP	Experiência do auditor
IAASB	International Auditing and Assurance Standards Board
MR	Manipulação de resultados
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
QA	Qualidade da auditoria
ROC	Revisor Oficiais de Contas
RL	Resultado líquido do período
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Capítulo 1

Introdução

A auditoria visa assegurar que as demonstrações financeiras (DF) de uma empresa refletem com precisão a sua situação económico-financeira, aumentando assim a sua credibilidade perante os *stakeholders*. É amplamente reconhecida a importância da profissão de auditoria para garantir um funcionamento eficaz e adequado do mercado de capitais, que transmita transparência e veracidade, combatendo e evitando possíveis manipulações de resultados (MR) e fraudes por parte da administração da empresa auditada (Lin & Hwang, 2010; Liu et al., 2017).

Nas empresas cotadas em bolsa há um efeito significativo dos incentivos do mercado de capitais para a MR. A gestão poderá ser incentivada a manipular e interferir com os resultados, pois o desempenho financeiro da empresa será a base para a avaliação da cotação das ações da mesma pelos analistas de mercado. Além dos analistas, também os investidores procuram resultados elevados e que reflitam ao longo dos anos estabilidade, no sentido de garantir uma relativa certeza na previsão da cotação das ações (Francis et al., 2004). Ainda há incentivo dos gestores no caso de serem detentores de ações ou cuja remuneração seja baseada no desempenho, refletindo-se em bónus ou em ações. Assim, poderá haver interferência da gestão no sentido de manter ou aumentar o preço das

mesmas. Desta forma, a auditoria tenderá a ser mais rigorosa nas empresas cotadas em bolsa. Além disso, há um maior escrutínio feito pelo mercado, que justifica a necessidade de auditorias com qualidade para verificar e validar as informações financeiras e para manter a transparência e veracidade no mercado.

O valor de uma auditoria baseia-se na confiança e na credibilidade da opinião emitida, o que exige que haja uma relação intrínseca entre a qualidade e a execução destes serviços.

Por ter mais situações e esquemas de raciocínio presentes na sua memória, um auditor experiente deverá ser capaz de detetar os erros potenciais, assim como explicar as causas plausíveis para as evidências de auditoria, mais facilmente do que auditores menos experientes (Cahan & Sun, 2015). No mesmo sentido, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), no seu Guia de Aplicação de Indicadores de Qualidade da Auditoria (QA) (2021), faz referência à experiência do auditor em diversos dos indicadores, evidenciando a sua relevância. Embora a experiência seja amplamente considerada um fator positivo para a qualidade da auditoria, estudos como os de Moeckel (1990) e Sundgren e Svanström (2012) destacam que a experiência também pode ter impactos negativos, incluindo a reconstrução de informações (alteração da representação mental da informação para ser consistente com os conhecimentos ou memórias existentes) e a diminuição do esforço em auditores mais experientes, desafiando a noção de melhoria contínua na qualidade da auditoria.

O impacto da experiência do auditor na QA pode ainda variar com a categoria da empresa de auditoria (Big 4 ou Não-Big 4). Na literatura existem perspetivas distintas em relação a este impacto. Sundgren e Svanström (2012) evidenciam que auditores experientes em pequenas empresas de auditoria têm uma maior probabilidade de serem sancionados por organismos reguladores devido a falhas de auditoria, indicando uma QA inferior para os auditores experientes. Este cenário sugere um impacto negativo da experiência na QA para auditores Não-

Big 4. Já Sonu et al. (2019) evidenciam, em sentido contrário, que há um impacto positivo da experiência na QA apenas para auditores não vinculados às Big 4. A eficácia e consistência da QA nas Big 4 são atribuídas às vantagens combinadas dessas empresas, tornando-as menos sensíveis às competências individuais dos auditores, como documentado por Choi et al. (2012), sugerindo um menor impacto da experiência do auditor pertencente a Big 4 na QA, relativamente a auditores pertencentes a Não-Big 4.

A presente dissertação tem como objetivo (i) testar a relação existente entre a experiência do auditor e a qualidade da auditoria e (ii) testar a diferença do impacto da experiência do auditor na QA, entre auditores pertencentes a Big 4 e Não-Big 4.

A pesquisa efetuada na presente dissertação é inovadora e relevante pois pretende responder à escassez de estudos sobre o tópico, no contexto português, particularmente entre 2018 e 2022, e com foco em empresas cotadas na Euronext Lisbon. Responde também à lacuna relativa a estudos que utilizem o método de *accruals* discricionários para detetar a MR, no contexto do tópico de estudo. Além disso, é relevante por ajudar profissionais da auditoria a entender como certos fatores influenciam a QA e a MR, tornando-os mais atentos aos fatores aqui assinalados. Os reguladores do mercado de capitais e os órgãos de fiscalização também encontram relevância neste estudo, pois os seus objetivos incluem a promoção da integridade e transparência dos mercados financeiros, sendo esta dissertação útil para dar uma indicação de quais os fatores relevantes para aferir a QA, a ter em conta em processos de avaliação e seleção de auditores. É também um estudo inovador pois testa se há ou não diferenças no impacto da experiência do auditor na QA, entre auditores pertencentes a Big 4 e Não-Big 4, algo que, tanto quanto é do nosso conhecimento, ainda não foi estudado no contexto português.

Para testar a primeira questão de investigação, é em primeiro lugar inferida a QA. Por a QA não ser observável diretamente, esta é medida através da *proxy* MR, que por sua vez é estimada como os *accruals* discricionários da empresa auditada. Para tal, é seguido o Modelo de Jones Modificado, amplamente aceite pela literatura (Dechow et al., 1995).

O segundo passo para responder à primeira hipótese foi aplicar uma regressão linear múltipla, de modo a avaliar a possível correlação estatisticamente significativa entre a experiência do auditor e a MR. Nesta regressão foi incluída também a interseção entre experiência e uma variável binária que identifica se a empresa de auditoria é uma Big 4 ou não, no sentido de avaliar a existência de diferenças no impacto da experiência na QA. Adicionalmente, foram incluídas variáveis de controlo e efeitos fixos para a indústria e o ano, com o intuito de separar o impacto da experiência do auditor na MR. A amostra compreende dados relativos a 36 empresas portuguesas, cotadas na Euronext Lisbon, para os anos de 2018 a 2022, inclusive.

Os resultados obtidos mostram que, para a amostra consagrada, a experiência do auditor tem um coeficiente negativo, que significa que, para um nível de confiança de 95%, um auditor mais experiente tenderá a produzir auditorias de maior qualidade, traduzidas por uma menor MR. Além disso, os resultados obtidos mostram também que, para o mesmo nível de confiança, não há diferenças no impacto da experiência do auditor na QA entre Big 4 e Não-Big 4. No caso particular do Guia de Aplicação de Indicadores da QA da CMVM, o presente estudo surge como uma validação de que, dado o número limitado de indicadores que, por razões de ordem prática, é possível aplicar, a experiência do auditor é um indicador relevante e que deve sim ser tomado em consideração.

Esta dissertação é composta por cinco capítulos. O primeiro capítulo é esta introdução. O segundo capítulo descreve a revisão da literatura. No terceiro capítulo, são apresentadas as hipóteses teóricas e o método. O quarto capítulo

detalha a aplicação empírica, incluindo a descrição da amostra, as estatísticas descritivas das variáveis, os resultados empíricos e a análise preliminar. Por fim, o quinto capítulo contém as conclusões e sugestões para investigações futuras.

Capítulo 2

Revisão de Literatura

Este capítulo está organizado de forma a permitir uma visão aprofundada dos conceitos relevantes relacionados com a qualidade da auditoria (QA), bem como dos determinantes que a podem influenciar.

São analisados os conceitos de auditoria e auditor, seguidos pelo conceito de QA. Relativamente aos determinantes que a impactam, estes subdividem-se entre características do auditor (onde se destaca a experiência do auditor e a categoria da empresa de auditoria), e características do cliente (onde se destaca o grau de endividamento e a dimensão da empresa auditada).

2. Conceitos Relevantes

2.1 Auditoria e Auditor

Auditoria é o processo de verificação das demonstrações financeiras (DF) de uma empresa, para avaliar e determinar a sua concordância com as normas contabilísticas e de relato financeiro, e com os normativos legais aplicáveis (Dickins et al., 2010; DeFond & Zhang, 2014; Estatuto da Ordem dos Revisores

Oficiais de Contas (EOROC), 2021). O auditor é a pessoa ou entidade que exerce esses serviços, no sentido da emissão da opinião de auditoria.

A profissão de auditoria tem sido na atualidade alvo de debate e investigação, no sentido de perceber como melhorar a qualidade das auditorias, isto é, de aumentar a probabilidade de o auditor expressar no relatório de auditoria uma opinião correta sobre a transparência e veracidade das DF do cliente. Este foco deve-se, em parte, aos escândalos financeiros ocorridos no início do século XXI¹. Conseqüentemente, levantaram-se dúvidas sobre o funcionamento da profissão de auditoria e sobre a credibilidade do papel do auditor, e do seu profissionalismo e desempenho.

Sendo a auditoria uma atividade de interesse público, o auditor necessita de confiança pública na execução dos serviços de auditoria. Para tal, é necessário que os utilizadores das DF tenham a percepção de que o auditor apresenta ética profissional (independência, imparcialidade e ceticismo profissional), e tem as competências adequadas (conhecimento técnico especializado, habilidades analíticas) (Firth et al., 2012; Arens et al., 2022).

Dada a importância da transparência da informação das DF para a tomada de decisões, e o papel dos auditores ao garantirem a aceitabilidade e credibilidade das mesmas, a crescente preocupação dos investigadores em definir o papel dos auditores, e os determinantes da QA, continua presente na atualidade. Segue-se, portanto, uma apresentação das diferentes visões sobre o conceito e métrica da QA.

¹ Alguns escândalos financeiros do século XXI são Xerox (2000), Enron (2001), WorldCom (2002), Tyco (2002), Bernie Madoff (2008) e Lehman Brothers (2011).

2.2 Qualidade da Auditoria

2.2.1 Definição da Qualidade da Auditoria

Pode considerar-se que a QA engloba os elementos-chave que promovem um ambiente propício à realização de auditorias de qualidade de forma consistente (International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), 2014).

Segundo Christensen et al. (2016), o grau de confiança que os utilizadores podem ter nas DF vai depender da QA realizada. É notável a necessidade constante de melhoria da perceção e avaliação da QA.

É importante explicitar que, segundo Knechel et al. (2013), a QA não é percecionada de igual forma pelos diferentes *stakeholders* do processo de relato financeiro. Todos têm visões distintas sobre os fatores que constituem e determinam a QA, que vão sugerir diferentes formas de medir a QA, nomeadamente diversos indicadores e *proxies*². Esta característica explica a dificuldade em obter um conceito universal de QA, assim como das medidas para a avaliar (Dickins et al., 2014).

DeAngelo (1981) define a QA como a probabilidade percebida pelo mercado de o auditor detetar uma distorção no sistema contabilístico, nomeadamente nas DF do cliente, e, além de detetar, reportar essa distorção no seu relatório de auditoria. A probabilidade de o auditor detetar distorções na realização de uma auditoria irá depender, entre outros fatores, dos seus conhecimentos e competências. A probabilidade de este reportar os erros detetados é função da independência do auditor face ao cliente, assim como do seu ceticismo profissional.

No mesmo sentido, Palmrose (1988) define QA em termos do nível de segurança com que o auditor exprime a sua opinião, isto é, em termos da

² A maneira aproximada como medimos a QA para a podermos integrar num modelo de regressão, é designada por *proxy*.

probabilidade das DF não conterem omissões ou erros materiais. Segundo o autor, maiores níveis de segurança correspondem a maior garantia de QA. Esta definição está alinhada com o conceito de risco de auditoria³, sendo também associado um menor risco de auditoria a serviços de maior qualidade.

DeFond e Zhang (2014) argumentam que a QA excede a ausência de distorções materiais e a probabilidade de detecção e reporte das violações do sistema contábilístico, reforçando que consiste na garantia de que as DF cumprem as normas contábilísticas, refletindo assim a situação económico-financeira atual da empresa.

Já Brivot et al. (2018) referem que o objetivo último de uma auditoria é que qualquer auditor, nas mesmas circunstâncias, com base na mesma evidência, seja capaz de chegar à mesma conclusão.

2.2.2 Medição da Qualidade da Auditoria

A QA é um conceito, e para a sua operacionalização, como anteriormente referido, há várias formas de a medir e avaliar, todas com as suas vantagens e inconvenientes, estando estas sumariadas no *paper 'A review of archival auditing research'* (DeFond & Zhang, 2014). Os autores decompõem a mensuração da QA em medidas relacionadas com os *inputs* e com os *outputs* do processo de auditoria.

Os *inputs* de auditoria correspondem aos fatores relacionados com a experiência e competências dos recursos humanos (valores, ética e atitudes apropriados; conhecimento, qualificação e experiência adequados; tempo suficiente para executar o trabalho de auditoria; julgamento profissional; e especialização na indústria).

³ O risco de o auditor, de forma não intencional, não detetar distorções materiais presentes nas DF, e desta forma não modificar o seu relatório nesse sentido. As normas de auditoria permitem um nível baixo de risco de auditoria. O nível de garantia oferecida pelo auditor é portanto razoável, não absoluto.

As medidas utilizadas, relativas a *outputs* do processo de auditoria, baseiam-se (1) na reexpressão das DF, isto é, na correção de erros das contas de anos anteriores, (2) nas opiniões, limpas ou modificadas, do auditor e (3) na qualidade do relato financeiro, ou seja, se a empresa efetua manipulação de resultados (MR) ou não.

Na literatura, é frequente medir a qualidade das DF através da *proxy* MR (Comprix & Huang, 2015; Lopes, 2018; Bratten et al., 2019), no sentido em que uma auditoria de boa qualidade vai limitar ou impedir a manipulação praticada pela gestão.

A MR passa pela escolha das políticas contabilísticas que proporcionem o resultado mais apropriado aos interesses e objetivos da administração, distorcendo assim a situação real da empresa e diminuindo a qualidade do relato financeiro (Healy & Wahlen, 1999; Dechow et al., 2010). O objetivo será utilizar a discricionariedade dos órgãos de gestão para induzir em erro os utilizadores da informação financeira de modo a estes tomarem decisões favoráveis na sua ótica (Schipper, 1989; Healy & Wahlen, 1999).

A prática da manipulação pode dever-se a incentivos, sendo importante perceber quais os que levam os gestores a manipularem a informação financeira.

De acordo com a literatura, os principais incentivos para a adoção da prática de MR são os incentivos do mercado de capitais, os incentivos contratuais, os incentivos legais e políticos, e o incentivo relacionado com o imposto sobre o rendimento (Boynton et al., 1992; Guenther, 1994; Healy & Whalen, 1999; Mulford & Comiskey, 2005; Moreira, 2008).

O efeito dos incentivos do mercado de capitais é mais significativo nas empresas cotadas em bolsa. A gestão poderá ser incentivada a manipular e interferir com os resultados (Francis et al, 2004), pois o desempenho financeiro da empresa será a base para a avaliação da cotação das ações da mesma. Poderá haver interferência da gestão no sentido de manter ou aumentar o preço das

mesmas. Nesse sentido, a auditoria tenderá a ser mais rigorosa nas empresas cotadas em bolsa, devido ao maior escrutínio feito pelo mercado, que torna mais propícia a deteção de erros não detetados pelo auditor.

Em relação a incentivos contratuais, estes podem estar relacionados com o acesso e o custo de fontes de financiamento ou com a prevenção para evitar a violação de contratos com credores, fornecedores ou clientes. Torna-se assim claro que o endividamento está associado a incentivos para manipulação da informação financeira no sentido de estabilizar os resultados ou aumentá-los (Sweeney, 1994; Burgstahler & Dichev, 1997; Moreira, 2008).

Há também incentivos legais e políticos. Um exemplo de incentivo legal pode ser a necessidade de cumprir metas estabelecidas por reguladores, como metas de rentabilidade ou de crescimento, que podem incentivar a empresa a manipular os seus resultados para atingir essas metas. Incentivos políticos poderão levar a uma subavaliação dos resultados, no sentido de as empresas ficarem sujeitas a um menor escrutínio e poderão ainda incentivar formas de protecionismo aduaneiro (Jones, 1991; Mulford & Comiskey, 2005). Também pode acontecer o oposto, sobrevalorizarem os resultados para manter ou melhorar a imagem perante as partes interessadas.

No contexto português há também um incentivo relevante, o incentivo fiscal. Relaciona-se com o imposto sobre o rendimento, onde os gestores sentem pressão para uma redução discricionária dos resultados, para reduzirem o valor de imposto a pagar (Moreira, 2008).

Há diferentes abordagens para detetar a MR. Consistem na análise de rácios, tendências e alterações nos critérios contabilísticos, na avaliação de histogramas-distribuição dos resultados, e ainda em métodos baseados em *accruals* (Monteiro, 2022). Dentro desta metodologia (baseada em *accruals*), o modelo mais utilizado na literatura é o modelo de *accruals* discricionários de Jones Modificado (1995).

No entanto, de referir que além deste modelo, existem outros, que se encontram sumariados na revisão de literatura de Dechow et al. (2010).

2.2.3 Determinantes da Qualidade da Auditoria

2.2.3.1 Características do Auditor

Experiência do Auditor

A experiência é um dos dois aspetos cruciais do conhecimento. A investigação evidencia que a conjugação da experiência com a instrução irá determinar e permitir a aquisição de conhecimento pelo auditor (Bonner & Lewis, 1990; Libby & Luft, 1993).

A instrução, obtida numa fase inicial na universidade, e mantida e reforçada depois através da participação continuada em ações de formação, tende a ser equivalente na profissão. Já o processo de obtenção de conhecimento por meio da experiência prática, que vai sendo acumulada durante a vida profissional de cada auditor, torna-se mais divergente, singular e característico. Desta forma, é sobretudo esse conhecimento que irá distinguir o trabalho dos auditores (Texier, 2011).

Ao longo da sua carreira, o auditor enfrenta diversas situações e desafios, o que lhe permite aprimorar gradualmente a sua capacidade de identificar e avaliar riscos, aprofundar o seu conhecimento técnico e contabilístico e sobre os procedimentos de auditoria, e conseqüentemente tomar decisões mais adequadas (Cahan & Sun, 2015). A experiência impacta também a capacidade do auditor lidar e ultrapassar problemas de maneira eficaz e eficiente, considerando como indiretamente as experiências passadas e presentes moldam as suas estratégias, julgamentos e recursos para enfrentar os desafios. A capacidade de efetuar julgamentos e tomar decisões de qualidade, superando os obstáculos

encontrados, terá um papel determinante na qualidade do resultado da auditoria (Libby & Frederick, 1990; Soe et al., 2022).

Por ter mais situações e esquemas de raciocínio presentes na sua memória, o auditor experiente deverá ser capaz de detetar a MR e os erros presentes nas DF, assim como explicar as causas plausíveis para as evidências de auditoria, mais facilmente do que auditores menos experientes (Cahan & Sun, 2015). Desta forma, é justa a presunção de que um auditor com mais tempo de experiência em auditoria pode acumular mais conhecimentos de auditoria e conseqüentemente prestar serviços de auditoria de melhor qualidade (Sonu et al., 2019).

Apesar da maioria dos estudos considerar a experiência como um fator positivo para a QA, há alguns que apontam em sentido contrário. De acordo com Moeckel (1990), auditores experientes tendem a reconstruir informações com maior frequência do que auditores inexperientes, o que prejudica a sua capacidade de integração e deteção de erros⁴. Sundgren e Svanström (2012) argumentam que auditores mais velhos tendem a participar menos em atividades de formação profissional e têm menor incentivo para aumentar o seu esforço, o que pode levar a um declínio no desempenho, conforme apontado por Kubeck et al. (1996) e Holmström (1999). De acordo com o modelo de Holmström (1999), o nível de esforço tende a aumentar em auditores com menos experiência, mas diminui à medida que se aproximam da idade da reforma.

Tendo na sua natureza um aspeto temporal, a experiência está diretamente associada à antiguidade (Lance et al., 1989). Nesse sentido, a experiência do auditor é frequentemente representada na literatura pelo tempo de atuação na área de auditoria (Costa & Moreira, 2010; Texier, 2011; Cahan & Sun, 2015; Sonu et al., 2019). No contexto português o tempo de atuação na área de auditoria pode

⁴ A incapacidade de integração é definida como a incapacidade de estabelecer ligações mentais entre informações recebidas separadamente. A reconstrução é definida como a alteração da representação mental da informação para ser consistente com os conhecimentos ou memórias existentes (Cahan & Sun, 2015).

ser traduzido pelo número de anos desde a inscrição do auditor na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Categoria da Empresa de Auditoria

A categoria da empresa de auditoria (CAT) refere-se ao tipo ou classificação ocupada pela empresa no mercado de auditoria, baseada em diferentes critérios, como dimensão, alcance geográfico e, variedade de serviços e recursos disponíveis, entre outros (Castro, 2021). Nesse contexto, as empresas de auditoria podem ser classificadas em duas principais categorias: Big 4 e Não-Big 4.

As Big 4 são as quatro maiores empresas especializadas em auditoria e consultoria do mundo, líderes no setor e com maior presença global, carteira de clientes diversificada e vastos recursos técnicos e humanos. Incluem a Deloitte, Ernst & Young (EY), KPMG e PricewaterhouseCoopers (PwC). As Não-Big 4, por consequência, englobam todas as outras empresas de auditoria que não fazem parte das quatro maiores. Esta distinção não é efetuada por alguma autoridade nem há regulação que defina os critérios para a mesma, no entanto estas empresas são reconhecidas globalmente.

De forma pioneira, os estudos de DeAngelo (1981) e Simunic (1984) examinaram a relação entre a CAT e a QA, concluindo que as empresas maiores tendem a fornecer serviços de auditoria de maior qualidade. A literatura tende a subscrever esta conclusão (Eshelman & Guo, 2014 ; DeFond et al., 2016; Prazeres & Pais, 2017; Lopes, 2018; Jiang et al., 2019, citados por Santos, 2019). Outros estudos, porém, defendem que auditores de maior dimensão podem fornecer auditorias de menor qualidade (Bar-Yosef e Sarath, 2005; Beyer e Sridhar, 2006, citados por DeFond & Zhang, 2014), outros defendem ainda que as Não-Big 4, apesar de possuírem menos recursos, podem ser mais adequadas para auditar clientes mais pequenos (Louis, 2005).

Relativamente ao impacto da experiência do auditor na QA, para auditores integrantes de Big 4 e integrantes de Não-Big 4, a literatura evidencia sentidos opostos. Sundgren e Svanström (2012) indicam impacto negativo da experiência na QA para auditores integrados em Não-Big 4. Por outro lado, Sonu et al. (2019) evidenciam que há um impacto positivo da experiência na QA apenas para auditores não vinculados às Big 4. Choi et al. (2013) documenta que as Big 4 são menos sensíveis às competências individuais dos auditores (incluindo a experiência individual do auditor) devido ao apoio que estas sociedades têm, como destacado por Khurana et al. (2011), beneficiam de um amplo conhecimento coletivo, experiência, formação intensiva e oportunidades de partilha.

2.2.3.2 Características do Cliente

Grau de Endividamento

O grau de endividamento da empresa auditada (ENDIV), ou grau de alavancagem, pode ser definido como um indicador financeiro que permite aferir a dependência de financiamento externo e o sobreendividamento, através da proporção de dívida que uma empresa tem em relação ao seu capital próprio, podendo também ser calculado como a relação entre o passivo total e o ativo total da empresa.

Vários estudos têm contribuído para o entendimento da relação entre ENDIV e QA, considerando diferentes tipos de relações. A grande maioria dos estudos confirma que clientes com um alto ENDIV enfrentam maiores riscos financeiros e tendem a ter uma QA inferior em comparação a clientes com menor ENDIV (DeAngelo, 1981; DeFond & Jiambalvo, 1991). O alto ENDIV pode aumentar o risco de incumprimento das obrigações financeiras da empresa, levando a problemas de solvência e continuidade das operações. A existência de alto

ENDIV e a pressão para um menor custo de capital é um incentivo para a MR (Sweeney, 1994). Quanto maior o ENDIV maior a probabilidade de MR e como consequência pior tenderá a ser a QA (Moreira, 2008).

Dimensão

A dimensão da empresa auditada (DIM) refere-se ao tamanho da empresa cliente, pessoa física ou jurídica que contrata os serviços de auditoria, e pode ser classificada em três categorias: micro, pequenas e médias, em função do respetivo total de ativo, volume de negócios e número de empregados (Comissão Europeia, 2003).

Em estudos anteriores está evidenciada a conexão entre a DIM e a QA. No geral, as conclusões dos estudos apontam para uma relação positiva entre a DIM e a QA, com empresas maiores a receber auditorias mais rigorosas e de maior qualidade, avaliadas por uma maior qualidade da informação financeira ou uma maior probabilidade de opiniões de auditoria sem reservas (DeAngelo, 1981; Armstrong et al., 2010; Carcello et al., 2011; Johnstone et al., 2004; DeFond & Zhang, 2014).

Capítulo 3

Hipóteses Teóricas e Método

3.1 Hipóteses Teóricas

O primeiro objetivo da presente dissertação consiste em avaliar a relação entre a experiência do auditor e a qualidade da auditoria (QA). A auditoria visa assegurar que as DF de uma empresa refletem com precisão a sua situação económico-financeira, aumentando assim a sua credibilidade perante os *stakeholders*.

A experiência do auditor é um fator fundamental neste contexto. Auditores com maior experiência tendem a possuir uma base de conhecimento mais sólida, adquirida ao longo de anos de prática, e, portanto, podem estar mais bem preparados para enfrentar desafios complexos na auditoria. Esta experiência permite que os auditores compreendam melhor as nuances do negócio da empresa e identifiquem com maior eficácia potenciais erros ou fraudes nas DF (Libby & Frederick, 1990). Em resumo, a experiência pode ser vista como uma fonte de conhecimento tácito que capacita os auditores a tomar decisões mais acertadas e a realizar suas tarefas com maior destreza (Polanyi, 1958). No entanto, há estudos que destacam que a experiência também pode ter impactos negativos

na QA, incluindo a reconstrução de informações e a diminuição do esforço em auditores mais experientes (Moeckel, 1990; Sundgren & Svanström, 2012).

As empresas cotadas em bolsa, que são o âmbito deste estudo, apresentam pressões significativas de mercado. Os gestores destas empresas muitas vezes encontram-se sujeitos a incentivos para manipular os resultados, pois o desempenho financeiro é crítico para a avaliação das suas ações pelos analistas de mercado e investidores (Francis et al., 2004). Os gestores podem ter ações da empresa ou receber remuneração vinculada ao desempenho, o que cria incentivos adicionais para otimizar os resultados financeiros e, assim, influenciar o preço das ações. Neste contexto, afigura-se intuitivo que a auditoria em empresas cotadas em bolsa seja submetida a um escrutínio mais intenso pelo mercado, tornando a deteção de erros e práticas questionáveis uma tarefa fundamental. É aqui que a experiência do auditor desempenha um papel crucial, pois auditores experientes são mais propensos a detetar erros e a explicar as suas causas de maneira eficaz (Cahan & Sun, 2015).

Assim, surge a primeira hipótese de investigação:

Hipótese Teórica 1: A experiência do auditor tem um impacto positivo na Qualidade da Auditoria.

O segundo objetivo da presente dissertação consiste em testar o impacto da experiência do auditor na QA, mas avaliando se há diferenças entre auditores pertencentes a Big 4 e Não-Big 4. É evidenciado impacto negativo da experiência na QA para auditores integrados em Não-Big 4 (Sundgren & Svanström, 2012), por outro lado, Sonu et al. (2019) relata existir um impacto positivo da experiência na QA apenas para auditores não vinculados às Big 4, e Choi et al. (2013) documenta que as Big 4 são menos sensíveis às competências individuais dos auditores (incluindo a experiência individual do auditor).

No presente estudo não se esperam encontrar diferenças, pois a experiência, sendo relevante, tanto será relevante estando o auditor integrado numa Big 4 como numa Não-Big 4.

Hipótese Teórica 2: *Não há diferença no impacto da experiência do auditor na Qualidade da Auditoria entre auditores integrados em empresas Big 4 e Não-Big 4.*

3.2 Método

Se uma auditoria tiver boa qualidade as DF serão de boa qualidade. Na literatura, é frequente medir a qualidade das DF através da *proxy* manipulação de resultados (MR), no sentido em que uma auditoria de boa qualidade vai limitar ou impedir a manipulação praticada pela gestão.

Para identificar a presença de MR, é amplamente utilizado o Modelo de Jones Modificado, que estima os *accruals* discricionários das empresas (Dechow et al., 1995; Comprix & Huang, 2015; Choi et al., 2010; Nguyen et al., 2023). Este modelo é preferido devido à sua eficácia na deteção de manipulação, especialmente quando aplicado com dados em painel, pois permite acompanhar a evolução ao longo do tempo do conjunto de entidades em estudo, levando em consideração as diferentes realidades económicas entre indústrias (Bartov et al., 2000; Peasnell et al., 2000).

Desta forma, é esse o modelo que será usado no presente trabalho, através da equação (1):

$$\frac{TA_{it}}{A_{it-1}} = \beta_{0g} + \beta_{1g} \frac{1}{A_{it-1}} + \beta_{2g} \frac{(\Delta VN_{it} - \Delta CCR_{it})}{A_{it-1}} + \beta_{3g} \frac{AFT_{it}}{A_{it-1}} + \varepsilon_{it},$$

sendo TA_{it} o valor total de *accruals* da empresa i no ano t ; A_{it-1} corresponde ao total de ativo da empresa i no ano $t-1$; g representa a indústria onde se insere a atividade da empresa i ; ΔVN_{it} é a variação do volume de negócios da empresa i

entre os anos $t-1$ e t ; ΔCCR_{it} corresponde à variação de contas a receber de clientes da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; AFT_{it} corresponde ao ativo fixo tangível bruto da empresa i no ano t ; e ε_{it} corresponde ao termo de erro da empresa i no ano t .

O valor de TA_{it} é obtido através de:

$$TA_{it} = \Delta AC_{it} - \Delta PC_{it} - \Delta CE_{it} + \Delta Dcp_{it} - D_{it},$$

onde ΔAC_{it} representa a variação do ativo corrente da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; ΔPC_{it} é a variação do passivo corrente da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; ΔCE_{it} é a variação de caixa e equivalentes de caixa da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; Dcp_{it} corresponde à variação da dívida de curto prazo da empresa i entre os anos $t-1$ e t ; e D_{it} corresponde às depreciações da empresa i no ano t .

A equação (1) foi estimada através do método dos mínimos quadrados (OLS), para as diferentes indústrias. Através das estimativas obtidas de β_{0g} , β_{1g} , β_{2g} e β_{3g} , é calculada uma estimativa dos *accruals* não discricionários, \widehat{AND}_{it} :

$$\frac{\widehat{AND}_{it}}{A_{it-1}} = \hat{\beta}_{0g} + \hat{\beta}_{1g} \frac{1}{A_{it-1}} + \hat{\beta}_{2g} \frac{(\Delta VN_{it} - \Delta CCR_{it})}{A_{it-1}} + \hat{\beta}_{3g} \frac{AFT_{it}}{A_{it-1}}.$$

Com base em \widehat{AND}_{it} , é possível calcular por diferença uma estimativa dos *accruals* discricionários:

$$\frac{\widehat{AD}_{it}}{A_{it-1}} = \frac{TA_{it}}{A_{it-1}} - \frac{\widehat{AND}_{it}}{A_{it-1}},$$

onde \widehat{AD}_{it} representa os *accruals* discricionários estimados da empresa i no ano t .

Depois de estimar os *accruals* discricionários, torna-se possível mensurar a magnitude da MR praticada pelas empresas. A manipulação é equivalente ao valor absoluto dos *accruals* discricionários estimados, pois quer tenha sido obtido um valor positivo ou negativo, ambos se traduzem em MR, num caso para aumentar resultados, no outro para os diminuir. Depende apenas do objetivo e incentivos da gestão.

$$\frac{MR_{it}}{A_{it-1}} = \left| \frac{\widehat{AD}_{it}}{A_{it-1}} \right|,$$

onde MR_{it} representa a manipulação dos resultados com base em *accruals* discricionários efetuada pela empresa i no ano t .

Para testar as duas hipóteses de investigação, no sentido de verificar se a experiência do auditor tem um impacto positivo na QA (que será avaliada através da *proxy* MR) e se não há diferenças no impacto da experiência do auditor na QA entre auditores integrados em Big 4 e em Não-Big 4, foi utilizada outra equação (equação (2)), usando o método dos mínimos quadrados:

$$\frac{MR_{it}}{A_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 EXP_{it} + \alpha_2 EXP_{it} BF_{it} + \alpha_3 DIM_{it} + \alpha_4 \frac{ENDIV_{it}}{A_{it-1}} + \alpha_5 PRD_{it} + v_g + w_t + u_{it},$$

onde EXP_{it} corresponde ao número de anos de experiência do auditor da empresa i no ano t ; BF_{it} é uma variável binária que assume o valor 1 se uma empresa i no ano t for auditada por uma Big 4 (Deloitte, EY, KPMG, PwC), e valor 0 caso contrário; DIM_{it} corresponde à dimensão da empresa i no ano t ; $ENDIV_{it}$ corresponde ao passivo total da empresa i no ano t ⁵; PRD_{it} é também uma variável binária que, para uma empresa i no ano t , assume o valor de 1 se o resultado líquido do período (RL) for negativo, e valor 0 caso contrário; v_g corresponde aos efeitos fixos de indústria; w_t corresponde aos efeitos fixos de ano; e u_{it} corresponde ao erro associado da empresa i no ano t . As variáveis de controlo são incluídas na regressão pois também têm influência na MR exercida pela gestão⁶, de acordo com a literatura (DeAngelo, 1981; Becker et al., 1998; Krishnan, 2003; Moreira, 2008; Cahan & Sun, 2015; DeFond et al., 2016).

⁵ Esta variável foi dividida pelo ativo do ano anterior, por consistência com a variável explicada (QA). Se o $ENDIV$ fosse calculado isoladamente, o passivo seria dividido pelo ativo do mesmo ano. Neste contexto, não foi, de forma a manter consistência com a forma como a QA está medida, neste modelo ($QA = \frac{MR_{it}}{A_{it-1}}$).

⁶ Poderia também ter sido incluída a variável de controlo Big 4 (individualmente, sem a interação com a experiência), no entanto a elevada correlação entre esta e a experiência impede a identificação do efeito separado destas.

α_1 negativo confirma a hipótese de investigação 1. Relativamente à hipótese 2, a expectativa é que α_2 seja zero. Para as variáveis de controlo, espera-se que α_3 seja negativo, e que α_4 e α_5 sejam positivos.

Capítulo 4

Aplicação Empírica

4.1 Descrição da Amostra

Para testar as hipóteses de investigação explicitadas, a amostra considerada engloba as empresas portuguesas com ações cotadas, na Euronext Lisbon, no período de 2018 a 2022 (inclusive). A Tabela 1 evidencia o processo de seleção da amostra.

Tabela 1: Processo de Seleção da Amostra.

Descrição	Nº de Observações
Empresas com ações cotadas na Euronext Lisbon, para o período 2018 a 2022 (inclusive).	193
Após eliminar as empresas com atividades financeiras ¹ .	179
Após eliminar empresas com data de fecho de contas diferente de 31 de dezembro.	164
Após eliminar observações onde há dados em falta.	162

¹ Não estão incluídas na amostra as empresas financeiras pois, dadas as suas especificidades, não é possível calcular algumas das variáveis utilizadas no modelo de Jones modificado, para estas empresas.

Assim, foi obtida uma amostra final de 162 observações, que engloba 36 empresas.

Para cada uma das empresas foram extraídos da base de dados Refinitiv Eikon os dados contabilísticos necessários à análise estatística. Relativamente à variável independente principal, a experiência do auditor, foram obtidos os relatórios e

contas anuais de cada empresa, através dos *sites* das mesmas, e no *site* da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Nos relatórios está presente a Certificação legal das contas (CLC), que indica o nome do Revisor Oficial de Contas (ROC) que a assinou⁷, assim como a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) a que pertence, e a data em que foi assinada a CLC. No presente estudo o ‘auditor’ é representado pelo ROC que assina a CLC. A partir daí foi efetuado um emparelhamento com a lista pública de ROC’s inscritos na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), de modo a obter a sua data de inscrição na OROC. Os anos de experiência dos auditores foram calculados subtraindo a data de inscrição na ordem à data de assinatura da CLC.

As variáveis utilizadas estão descritas na Tabela 2.

Tabela 2: Descrição das Variáveis.

Variável	Descrição
A	Ativo total.
ΔAC	Varição do ativo corrente face ao ano anterior.
ΔCE	Varição de caixa e equivalentes de caixa face ao ano anterior.
ΔCCR	Varição de contas a receber de clientes face ao ano anterior.
ΔPC	Varição do passivo corrente face ao ano anterior.
ΔDcp	Varição da dívida de curto prazo face ao ano anterior.
ΔVN	Varição do volume de negócios face ao ano anterior.
D	Depreciações.
AFT	Ativo fixo tangível bruto.
DIM	Logaritmo do ativo total.
ENDIV	Passivo total.
EXP	Nº de anos de experiência do auditor.
PRD	Variável binária, que assume o valor de 1 para empresas que apresentaram RL negativo, e valor 0 para as restantes.
BF	Variável binária, que assume o valor 1 para empresas cuja sociedade à qual o auditor pertence à data da assinatura da CLC é uma Big 4, e valor 0 para as restantes.

⁷ Como apenas há acesso ao nome do ROC que assina a CLC, assumiu-se para efeitos da presente dissertação, que esse é o responsável pela auditoria às contas da empresa.

4.2 Estatística Descritiva da Equação (1)

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis incluídas na Equação (1).

Tabela 3: Estatística Descritiva da Equação (1).

Variáveis	Nº de Observações	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
$\frac{TA_{it}}{A_{it-1}}$	162	-0,0465	-0,0454	0,0700	-0,3413	0,3609
$\frac{\Delta VN_{it}}{A_{it-1}}$	162	0,0201	0,0083	0,1845	-1,1412	0,7431
$\frac{\Delta CCR_{it}}{A_{it-1}}$	162	-0,0032	-0,0002	0,0323	-0,1358	0,0967
$\frac{AFT_{it}}{A_{it-1}}$	162	0,8400	0,6495	0,7715	0,0003	4,9125

TA- Total de *accruals*; A- Ativo total do ano anterior; ΔVN - Variação do volume de negócios face ao ano anterior; ΔCCR - Variação de contas a receber de clientes face ao ano anterior; AFT- Ativo fixo tangível bruto.

Dados os resultados obtidos, a empresa média apresenta um total de *accruals* de -4,65% do ativo do ano anterior, uma variação do volume de negócios em 2,01% do ativo do ano anterior, uma variação de contas a receber de clientes de -0,32% do ativo do ano anterior e um ativo fixo tangível de 84% do ativo do ano anterior.

4.3 Resultados da Estimação da Equação (1)

Para estimar o Modelo de Jones Modificado, as 36 empresas foram agrupadas com base na sua atividade industrial, usando o *Industry Classification Benchmark* (ICB) como referência, contendo cada grupo um mínimo de 10 observações. Assim, a amostra foi dividida em sete grupos de indústrias, ordenados em

sentido decrescente em função do número de observações que incluem: serviços de consumo (A); produtos industriais (B); matérias básicas (C); telecomunicações (D); energia e serviços públicos⁸ (E); tecnologia (F); e bens de consumo (G).

Analisando os R-quadrados na Tabela 4, é possível observar que a capacidade explicativa dos *accruals* não discricionários varia entre setores, sendo mais alta na indústria de bens de consumo (G), e mais baixa nas indústrias de energia e serviços públicos (E). Em particular, nas indústrias mencionadas, os *accruals* não discricionários conseguem explicar, em média, 80,75% e 24,84% das variações dos *accruals* totais, respetivamente.

⁸ Corresponde à junção de duas indústrias, de forma a obter pelo menos 10 observações no grupo.

Tabela 4: Resultados da Estimação do Modelo de Jones Modificado *Cross-sectional*.

Variáveis	A	B	C	D	E	F	G
Constante	-0,0499** (0,0196)	-0,0631** (0,0250)	-0,0608** (0,0270)	0,0020 (0,0069)	-0,0235 (0,0186)	-0,06578 (0,4548)	0,0273 (0,0547)
$\frac{1}{A_{it-1}}$	1,9190** (0,7864)	-1,1618 (1,1463)	10,0312 (8,3256)	-1,9253** (0,8093)	48,8633** (18,1877)	108,0839 (78,3653)	37,0233 (444,5975)
$\frac{(\Delta VN_{it} - \Delta CCR_{it})}{A_{it} - 1}$	-0,1194 (0,0472)	0,3690*** (0,1083)	0,0739* (0,0389)	0,2015 (0,3135)	-0,0180 (0,0463)	-0,9303*** (0,2877)	-0,0654 (0,0456)
$\frac{AFT_{it}}{A_{it-1}}$	-0,0147** (0,0175)	0,0342 (0,0309)	-0,0077 (0,0136)	-0,0944 (0,0076)	-0,0309 (0,0179)	0,0581 (0,3528)	-0,1104*** (0,0252)
R-quadrado	0,3233	0,5047	0,3521	0,6242	0,2484	0,5432	0,8075
Nº de Observações	36	35	25	21	21	14	10

A – Ativo total do ano anterior; ΔVN – Variação do volume de negócios face ao ano anterior; ΔCCR – Variação de contas a receber de clientes face ao ano anterior; AFT – Ativo fixo tangível bruto; Entre parêntesis está o erro padrão robusto; *** = 1% de significância (p-value < 0,0100); ** = 5% de significância (p-value < 0,0500); * = 10% de significância (p-value < 0,1000); As letras (A, B, C, D, E, F, G) representam as indústrias, como descrito no texto principal.

4.4 Estatística Descritiva da Equação (2)

Com base nos resultados da estimação do Modelo de Jones Modificado (Tabela 4), foram obtidos os valores estimados dos *accruals* não discricionários, que por sua vez permitiram obter os *accruals* discricionários estimados, usados para quantificar a prática de MR.

Na Tabela 5 encontram-se as estatísticas descritivas referentes à variável explicada e às variáveis explicativas da equação (2). Verifica-se que a MR corresponde a, em média, 3,53% do ativo do ano anterior. A experiência média dos auditores é de 19,12 anos. A dimensão da empresa média corresponde a um ativo de 814,52 milhões de euros. Os resultados indicam ainda que, em média, o grau de endividamento das empresas da amostra é de 70,52% em função do ativo do ano anterior, que em média 79,63% destas foi auditada por uma Big 4 e que em média 20,37% das empresas apresentou prejuízo no período em análise.

Tabela 5: Estatística Descritiva da Equação (2).

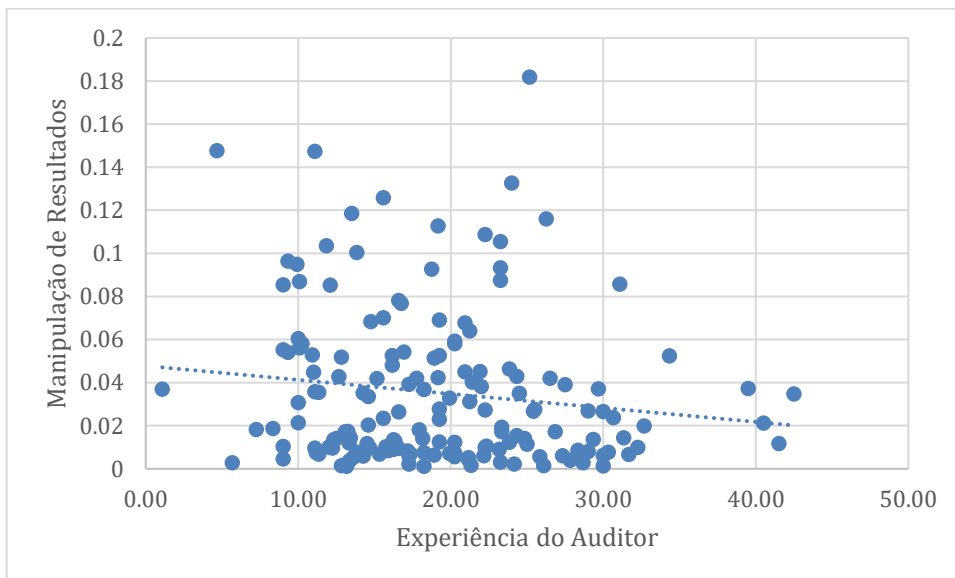
Variáveis	Nº de Observações	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
$\frac{MR_{it}}{A_{it-1}}$	162	0,0353	0,0213	0,0354	0,0013	0,1819
EXP_{it}	162	19,1173	18,2500	7,4737	1,0833	42,5000
DIM_{it}	162	6,7026	6,4706	1,9147	1,6423	10,9514
$\frac{ENDIV_{it}}{A_{it-1}}$	162	0,7052	0,6581	0,4024	0,0413	3,6008
BF_{it}	162	0,7963	1,0000	0,4040	0,0000	1,0000
PRD_{it}	162	0,2037	0,0000	0,4040	0,0000	1,0000

MR- Manipulação de resultados (valor absoluto dos *accruals* discricionários, deflacionado pelo ativo total do ano anterior); A- Ativo total do ano anterior; EXP- Experiência do auditor, em anos (obtida subtraindo a data de inscrição na OROC à data de assinatura da CLC); DIM- Dimensão da empresa auditada (obtida pelo Logaritmo natural do ativo total da empresa); ENDIV- Grau de endividamento da empresa auditada (obtido pelo quociente entre o passivo total do ano atual e ativo total do ano anterior); BF- Variável binária que representa a categoria da SROC que auditou a empresa (assume valor 1 se a SROC é uma Big Four (Deloitte, E&Y, KPMG, PwC), e valor 0 caso contrário); PRD- Variável binária que representa o RL (assume valor 1 se for negativo, e valor 0 se for positivo)

4.5 Análise Preliminar

Com o objetivo de dar resposta à hipótese de investigação 1, formulada no capítulo 3.1, nomeadamente qual o impacto da experiência do auditor na QA, recorreu-se a um gráfico de dispersão, que permite determinar se existe uma associação entre duas variáveis. Deste modo, a figura abaixo relaciona a variável explicativa, experiência do auditor, com a variável explicada, QA, através da *proxy* MR.

Figura 1: Impacto da Experiência na Manipulação de Resultados.



A Figura 1 evidencia uma relação negativa entre as variáveis, o que sugere que a variável independente impacta a variável dependente e, nesse sentido, valida a hipótese de investigação 1, pois havendo uma relação negativa entre a experiência do auditor e a MR, há uma relação positiva entre a experiência do auditor e a QA.

Para dar resposta à hipótese de investigação 2, nomeadamente quais os impactos da experiência do auditor na QA, quando este está integrado numa empresa Big 4 e numa Não-Big 4. Recorreu-se a dois gráficos de dispersão, que

permitem relacionar a variável explicativa, experiência do auditor, com a variável explicada, QA, através da *proxy* MR, sendo que na Figura 2 foram utilizadas apenas observações de empresas que foram auditadas por Big 4, e na Figura 3 por Não-Big 4.

Figura 2: Impacto da Experiência de Auditores Integrados em Big 4 na Manipulação de Resultados

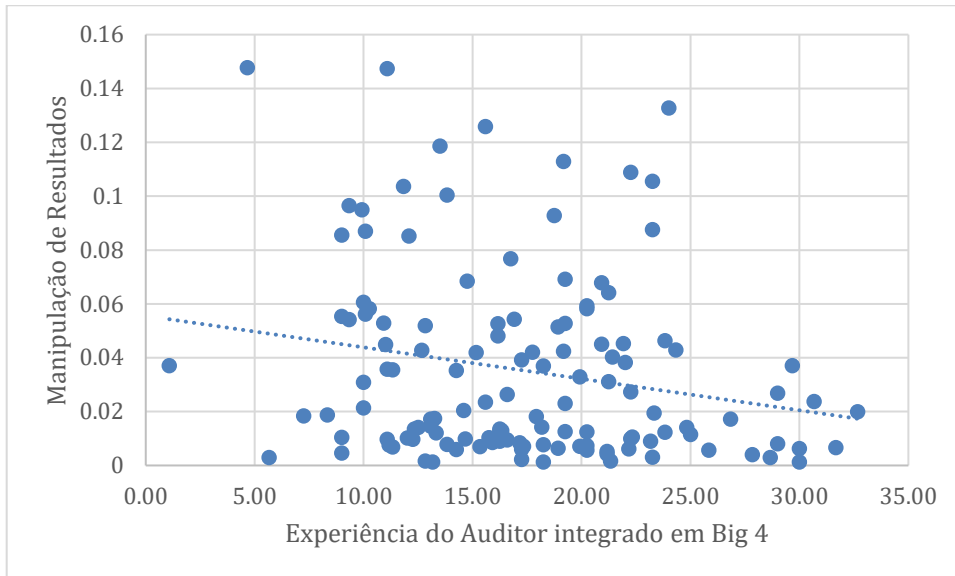
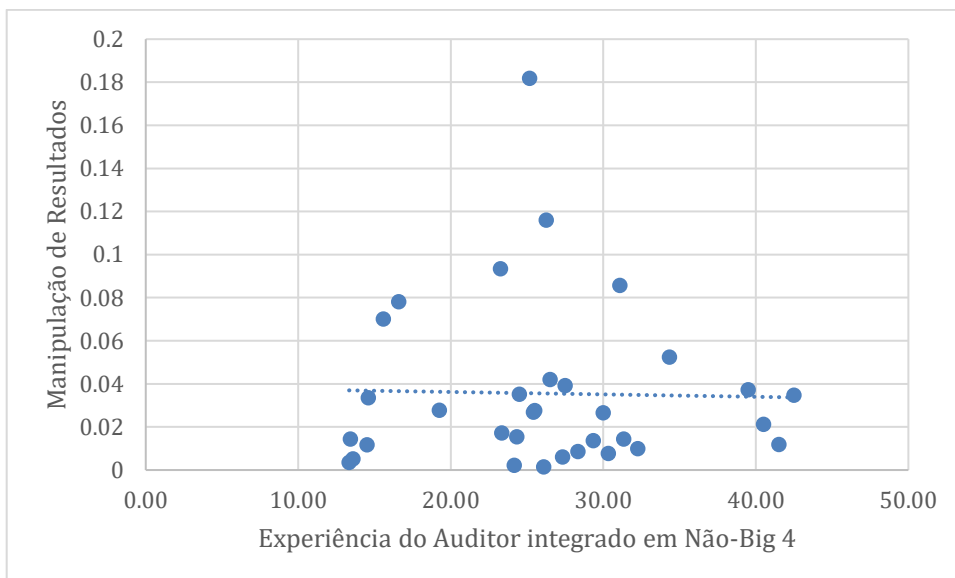


Figura3: Impacto da Experiência de Auditores Integrados em Não-Big 4 na Manipulação de Resultados.



A Figura 2 e a Figura 3 evidenciam uma relação negativa entre as variáveis, o que sugere que a variável independente impacta a variável dependente. No entanto, o declive apresentado na Figura 2 é mais acentuado do que o da Figura 3, sugerindo um impacto maior da experiência do auditor na QA para auditores que integram Big 4. Nesse sentido, a hipótese de investigação 2 não fica validada.

4.6 Resultados da Estimação da Equação (2)

A Tabela 6 apresenta o modelo de regressão linear, estimado de quatro formas diferentes: na coluna (i), apenas é incluída a variável independente principal (a experiência do auditor); na (ii) inclui-se também a interação entre a experiência do auditor e o facto de este pertencer a uma Big4 ou não; na (iii) também estão incluídas as variáveis de controlo (dimensão, endividamento e RL negativo da empresa auditada); e na (iv) consideram-se ainda os efeitos fixos de indústria e do ano.

Dados os resultados da coluna (i), onde a experiência do auditor é a única variável explicativa, verifica-se que esta não é estatisticamente significativa, logo, para um nível de confiança de 95% não se pode rejeitar a hipótese de a experiência não afetar a QA.

Os resultados da coluna (ii) sugerem também que o impacto da experiência na QA não é estatisticamente significativo. Além disso, conclui-se que não há diferenças no impacto da experiência na QA, para empresas que sejam auditadas quer por Big 4 quer por Não-Big 4, por a interação entre experiência e Big 4 também não ser estatisticamente significativa.

Com a inclusão das variáveis de controlo descritas na coluna (iii), a conclusão já não é a mesma. A experiência do auditor tem um coeficiente negativo, que significa que, para um nível de confiança de 95%, um auditor mais experiente tenderá a produzir auditorias de maior qualidade. Estes resultados sugerem que as estimativas na coluna (i) e (ii) estavam distorcidas devido à omissão das variáveis de controlo. A diferença do impacto da experiência na QA entre empresas auditadas por Big 4 e não Big 4 permanece não estatisticamente significativa, demonstrando que não há diferença.

Dados os resultados da coluna (iv), o coeficiente da variável experiência mantém-se negativo, assim a conclusão é a mesma. Neste caso, o nível de significância melhorou, através da adição dos efeitos fixos da indústria e do ano. Conclui-se também que não há diferenças no impacto da experiência na QA entre empresas auditadas por Big 4 e não Big 4. Desta forma, confirma-se a hipótese teórica 1 colocada no presente estudo. A evidência obtida está em linha com Cahan e Sun (2015) e Sonu et al. (2019), e opõe-se a Moeckel (1990) e Holström (1999).

A hipótese teórica 2 também se confirma pois, dados os resultados, não se pode rejeitar a hipótese de não haver diferenças no impacto da experiência do auditor na QA entre Big 4 e Não-Big 4. Este resultado contraria o resultado obtido por Sonu et al., 2019, que sugere que a experiência de um auditor está positivamente associada à qualidade da auditoria apenas entre os auditores das empresas Não-Big 4.

Verifica-se também uma correlação negativa estatisticamente significativa entre a dimensão da empresa auditada e a MR por esta efetuada, indicando que empresas de maior dimensão tenderão a apresentar maior QA. Isto pode dever-se ao maior escrutínio ao qual estão sujeitas empresas de maior dimensão. Este resultado vai de encontro à conclusão da generalidade da literatura (DeAngelo, 1981; Carcello et al., 2011; Johnstone et al., 2014; DeFond & Zhang, 2014).

Verifica-se ainda uma correlação positiva estatisticamente significativa entre o endividamento da empresa auditada e a MR, indicando uma tendência a que empresas mais endividadadas apresentem maior MR. Esta situação poderá dever-se ao facto de empresas mais endividadadas terem maior pressão para manipular os resultados, no sentido de, por exemplo, demonstrarem saúde financeira para não perderem acesso a fontes de financiamento ou manterem certas condições favoráveis. Este resultado vai também de encontro ao ditado pela literatura (DeAngelo, 1981; DeFond & Jiambalvo, 1991; Moreira, 2008). Os

resultados indicam ainda que não há efeito do prejuízo apresentado pela empresa na QA. Estes resultados contrariam o evidenciado por Francis et al. (2001), mas vão de acordo ao evidenciado por Monteiro (2022).

Tabela 6: Resultados do Modelo de Regressão Linear.

Variáveis	(i)	(ii)	(iii)	(iv)
Constante	0,0478*** (0,0076)	0,0527*** (0,0087)	0,0660*** (0,0134)	0,0655*** (0,0182)
<i>EXP</i>	-0,0007* (0,0003)	-0,0006* (0,0003)	-0,0007** (0,0003)	-0,0009*** (0,0003)
<i>EXP*BF</i>		-0,0004 (0,0003)	0,0002 (0,0003)	0,0006* (0,0003)
<i>DIM</i>			-0,0056*** (0,0016)	-0,0060** (0,0028)
<i>ENDIV</i>			0,0274*** (0,0065)	0,0190** (0,0090)
<i>PRD</i>			-0,0121* (0,0070)	-0,0085 (0,0081)
EF da indústria	Não	Não	Não	Sim
EF do ano	Não	Não	Não	Sim
R-quadrado	0,0188	0,0295	0,1989	0,2806

EF- Efeitos fixos; Entre parêntesis está o erro padrão robusto; *** = 1% de significância (p-value < 0,0100); ** = 5% de significância (p-value < 0,0500); * = 10% de significância (p-value < 0,1000); N^o de Observações = 162.

Capítulo 5

Conclusão

O objetivo prosseguido pelo presente trabalho foi testar se a experiência do auditor tem impacto positivo na qualidade da auditoria (QA), assim como a diferença desse efeito entre auditores integrados em Big 4 e Não-Big 4.

Dada a amostra, que consiste em 36 empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisbon, entre os anos 2018 a 2022, verifica-se que a MR corresponde a, em média, 3,53% do ativo do ano anterior, tendo sido efetuada ou para aumentar os resultados ou para os diminuir, dependendo do objetivo da gestão da empresa para manipular os resultados. Relativamente à hipótese de investigação 1, esta é corroborada pela evidência deste estudo, havendo uma correlação estatisticamente significativa entre a experiência do auditor e a QA, que se traduz num aumento da QA aquando de um aumento na experiência do auditor, em linha com Cahan e Sun (2015) e Sonu et al. (2019). Também a hipótese de investigação 2 é validada pelos resultados obtidos na aplicação empírica. A interferência de Big 4 na experiência não se verifica estatisticamente significativa. Conclui-se, portanto, que não há diferenças no impacto da experiência na QA, entre auditores integrados em empresas Big 4 e Não-Big 4. Este resultado não vai de encontro ao de Sonu et al. (2019), que sugere que a experiência de um auditor está positivamente associada à qualidade da auditoria apenas entre os auditores

das empresas Não-Big 4, nem está em linha com Sundgren e Svanström (2012), que evidenciam impacto negativo da experiência na QA para auditores integrados em Não-Big 4, nem com Choi et al. (2013) que documenta que as empresas Big 4 são menos sensíveis às competências individuais dos auditores, indicando um impacto menor para auditores integrados em Big 4.

O resultado obtido neste estudo é robusto ao controlo de características da empresa auditada e da SROC que audita as contas, e aos efeitos fixos da indústria e do ano.

Verifica-se evidência de uma relação negativa estatisticamente significativa entre a dimensão da empresa auditada e a MR por esta efetuada, indicando que empresas de maior dimensão tenderão a apresentar maior QA. Isto pode dever-se ao maior escrutínio ao qual estão sujeitas empresas de maior dimensão.

Encontra-se ainda uma relação positiva estatisticamente significativa entre o endividamento da empresa auditada e a MR, indicando uma tendência para que empresas mais endividadas apresentem maior MR. Esta situação poderá dever-se ao facto de empresas mais endividadas terem maior pressão para manipular os resultados, no sentido de, por exemplo, demonstrarem saúde financeira para não perderem acesso a fontes de financiamento ou manterem certas condições favoráveis.

O presente estudo tem como limitações, em primeiro lugar, o facto de só termos acesso ao nome do ROC que assina a CLC, e não de toda a equipa de auditoria. Desta forma testa-se o impacto na QA da experiência apenas do ROC responsável. No Guia de Aplicação de Indicadores da QA da CMVM, a alusão à experiência do auditor faz referência à experiência de toda a equipa. Outra limitação prende-se com a dimensão reduzida da amostra. Ao serem objeto de estudo as empresas cotadas, a dissertação tem algumas limitações, como não ser possível uma análise desagregada por indústrias para cada um dos anos em análise, pois o número de observações era demasiado reduzido, e ainda, dada a

inclusão de apenas empresas cotadas, os resultados podem não ser representativos de todas as empresas portuguesas.

Poderia ser relevante para investigação futura conduzir um estudo semelhante, seguindo o mesmo modelo estatístico, para as empresas portuguesas não cotadas em bolsa. Isto permitiria efetuar comparações entre o impacto das diversas variáveis utilizadas no estudo. Outro tópico que merece investigação adicional seria incorporar na definição de experiência a diferente complexidade das tarefas atribuídas aos diferentes auditores, de modo a captar a componente qualitativa da experiência.

Bibliografia

Abdelmalek, M. (2020). Difference in audit quality between Big 4 and Non-Big 4: Evidence from accelerated and non-accelerated filers. *Erasmus School of Economics*, Erasmus Universiteit Rotterdam.

Arens, A. A., Elder, R. J., Beasley, M. S., Hogan, C. E., & Jones, J. C. (2022). *Auditing: The Art and Science of Assurance Engagements (14th Canadian edition)*. Pearson Canada

Armstrong, C. S., Barth, M. E., Jagolinzer, A. D., & Riedl, E. J. (2010). Market reaction to the adoption of IFRS in Europe. *The Accounting Review*, 85, 31-61.

Bartov, E., Gul, F. A., & Tsui, J. S. (2000). Discretionary-accruals models and audit qualifications. *Journal of accounting and economics*, 30(3), 421-452.

Becker, C. L., DeFond, M. L., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. R. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary accounting research*, 15(1), 1-24.

Beisland, L. A., Mersland, R., & Strøm, R. Ø. (2015). Audit quality and corporate governance: Evidence from the microfinance industry. *International Journal of Auditing*, 19(3), 218-237.

Bekiris, F. V., & Doukakis, L. C. (2011). Corporate governance and accruals earnings management. *Managerial and Decision Economics*, 32(7), 439-456.

Bonner, S. E., & Lewis, B. L. (1990). Determinants of auditor expertise. *Journal of Accounting Research*, 28, 1-20.

Bonner, S. E., & Pennington, N. (1991). Cognitive processes and knowledge as determinants of auditor expertise. *Journal of Accounting Literature*, 10, 1-50.

Bonner, S. E., & Walker, P. L. (1994). The effects of instruction and experience on the acquisition of auditing knowledge. *Accounting Review*, 157-178.

Boynton, C. E., Dobbins, P. S., & Plesko, G. A. (1992). Earnings Management and the Corporate Alternative Minimum Tax. *Journal of Accounting Research*, 30, 131-153.

Bratten, B., Causholli, M., & Omer, T. (2019). Audit firm tenure, bank complexity, and financial reporting quality. *Contemporary Accounting Research*, 36(1), 295-325.

Brivot, M., Roussy, M., & Mayer, M. (2018). Conventions of Audit Quality: The Perspective of Public and Private Company Audit Partners. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 37(2), 51-71.

Burgstahler, D., & Dichev, I. (1997). Earnings management to avoid earnings decreases and losses. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 99-126.

Cahan, S. F., & Sun, J. (2015). The effect of audit experience on audit fees and audit quality. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 30(1), 78-100

Carcello, J. V., Hermanson, D. R., & Ye, Z. (2011). Corporate governance research in accounting and auditing: Insights, practice implications, and future research directions. *Auditing: A journal of practice & theory*, 30(3), 1-31.

Castro, A. M. F. M. A. (2021). *Big four what? Tendências de negócio das grandes auditoras*. Católica Porto Business School, Universidade Católica Portuguesa.

Choi, J. H., Kim, C., Kim, J. B., & Zang, Y. (2010). Audit office size, audit quality, and audit pricing. *Auditing: A Journal of practice & theory*, 29(1), 73-97.

Choi, J. H., Kim, J. B., Zang, Y., & Zhang, Y. (2013, August). The Effect on Audit Quality of Auditing along the Supply Chain. 2013 Annual Meeting of American Accounting Association.

Christensen, B. E., Glover, S. M., Omer, T. C., & Shelley, M. K. (2016). Understanding Audit Quality: Insights from Audit Professionals and Investors. *Contemporary Accounting Research*, 33(4), 1648–1684.

Chung, R., Firth, M., & Kim, J. B. (2002). Institutional monitoring and opportunistic earnings management. *Journal of Corporate Finance*, 8(1), 29-48.

Cohen, J., Krishnamoorthy, G., & Wright, A. M. (2002). Corporate governance and the audit process. *Contemporary accounting research*, 19(4), 573-594.

Comissão Europeia (2003). Recomendação da Comissão de 6 de maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas [notificada com o número C(2003) 1422]. (Texto relevante para efeitos do EEE). Jornal Oficial da União Europeia, 2003/361/CE, PT, 124-136.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. (2021). *Guia de Aplicação de Indicadores de Qualidade da Auditoria*.

Comrix, J., & Huang, H. (2015). Does auditor size matter? Evidence from small audit firms. *Advances in Accounting*, 31(1), 11-20.

Costa, C. M. L. (2017). Os determinantes dos honorários dos auditores. Faculdade de Economia, Universidade do Porto.

Costa, M., & Moreira, J. (2010). A Experiência do Auditor como Determinante da Qualidade da Auditoria: uma análise para o caso português. *Contabilidade & Gestão–Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas*, 9, 9-47.

de Souza Albuquerque, K. S. L., Dias Filho, J. M., & da Silva, F. D. C. (2010). Auditoria e custo de capital de terceiros: estudo empírico sobre o custo dos financiamentos bancários nas empresas brasileiras de capital aberto auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 4(3), 65-78.

DeAngelo, L. E. (1981). Auditor independence, 'low balling', and disclosure regulation. *Journal of accounting and Economics*, 3(2), 113-127.

DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of accounting and economics*, 3(3), 183-199.

DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of accounting and economics*, 3(3), 183-199.

Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting review*, 193-225.

Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2-3), 344-401.

DeFond, M. L., & Jiambalvo, J. (1991). Incidence and circumstances of accounting errors. *Accounting review*, 643-655.

DeFond, M. L., Hung, M., Li, S., & Li, Y. (2015). Does mandatory IFRS adoption affect crash risk?. *The Accounting Review*, 90(1), 265-299.

DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of accounting and economics*, 58(2-3), 275-326.

Dickins, D., O'Reilly, D. M., Reisch, J. T., et al. (2010). Auditing the Auditors: What Lenders and Investors Should Know. *Commercial Lending Review*, 25, 17.

Dickins, D., Fay, R. G., & Reisch, J. (2014). Measuring and communicating audit quality: The new AQIs. *The CPA Journal*, 84(9), 16-25.

Dobre, F. (2015). Are financial audit elements and corporate governance policies solutions for the economic crisis?. *Theoretical & Applied Economics*, 22(2).

Dreyfus, H. L., & Dreyfus, S. E. (2005). Peripheral vision: Expertise in real world contexts. *Organization Studies*, 26(5), 779-792.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (Ano). *Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*.

Firth, M., Rui, O. M., & Wu, X. (2012). How do various forms of auditor rotation affect audit quality? Evidence from China. *The International Journal of Accounting*, 47(1), 109-138.

Francis, J. R. (2004). What do we know about audit quality? *The British Accounting Review*, 36, 345-368

Francis, J., LaFond, R., Olsson, P. M., & Schipper, K. (2004). Costs of equity and earnings attributes. *The Accounting Review*, 79(4), 967-1010.

Francis, J. R., & Yu, M. D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The accounting review*, 84(5), 1521-1552.

Francis, J. R., Maydew, E. L., & Sparks, H. C. (1999). The role of Big 6 auditors in the credible reporting of accruals. *Auditing: a Journal of Practice & theory*, 18(2), 17-34.

Francis, J., & Schipper, K. (1999). Have financial statements lost their relevance?. *Journal of accounting Research*, 37(2), 319-352.

Francis, J., LaFond, R., Olsson, P. M., & Schipper, K. (2004). Costs of Equity and Earnings Attributes. *The Accounting Review*, 79(4), 967–1010.

Frensch, P. A., & Sternberg, R. J. (1989). Expertise and intelligent thinking: When is it worse to know better? In R. J. Sternberg (Ed.), *Advances in the psychology of human intelligence*, 5, 157-188.

Furiady, O., & Kurnia, R. (2015). The Effect of Work Experiences, Competency, Motivation, Accountability, and Objectivity towards Audit Quality. *2nd Global Conference on Business and Social Science*, 211, 328-335.

GAO. (2003). Public Accounting Firms: Required Study on the Potential Effects of Mandatory Audit Firm Rotation. <https://www.iasplus.com/en/binary/resource/gaorotation.pdf>

García-Blandón, J., Argilés-Bosch, J. M., & Ravenda, D. (2020). Learning by Doing? Partners' Audit Experience and the Quality of Audit Services. *Spanish Accounting Review*, 23(2), 197-209.

Gaynor, L. M., Kelton, A. S., Mercer, M., & Yohn, T. L. (2016). Understanding the relation between financial reporting quality and audit quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 35(4), 1-22.

Geiger, M. A., & Rama, D. V. (2006). Audit firm size and going-concern reporting accuracy. *Accounting horizons*, 20(1), 1-17.

Guenther, D. A. (1994). Earnings Management in Response to Corporate Tax Rate Changes: Evidence from the 1986 Tax Reform Act. *The Accounting Review*, 69(1), 230-243.

Healy, P., & Wahlen, J. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(1), 365-383.

Holmström, B. (1999). Managerial incentive problems: A dynamic perspective. *The review of Economic studies*, 66(1), 169-182.

Houghton, K. A., & Jubb, C. A. (2003). Market Competition and Auditor Independence. *Agenda: A Journal of Policy Analysis and Reform*, 10(3), 213-228.

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (2014). A framework for audit quality: key elements that create an environment for audit quality. *International Federation of Accountants (IFAC)*

Johnstone, K. M., Bedard, J. C., & Ettredge, M. L. (2004). The effect of competitive bidding on engagement planning and pricing. *Contemporary Accounting Research*, 21(1), 25-53.

Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of accounting research*, 29(2), 193-228.

Khurana, I. K., Michas, P. N., & Raman, K. K. (2011). Big Four Global Networks, Auditor Industry Expertise, and Properties of Analysts' Earnings Forecasts. University of Missouri-Columbia and University of North Texas.

Knechel, R., Krishnan, G., Pevzner, M., Shefchik, L., & Velury, U. (2013). Auditing quality: Insights from the academic literature. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 32 (Supplement), 385-421.

Knechel, W. R., & Vanstraelen, A. (2007). The relationship between auditor tenure and audit quality implied by going concern opinions. *AUDITING: A journal of practice & theory*, 26(1), 113-131.

Krishnan, G. V. (2003). Audit quality and the pricing of discretionary accruals. *Auditing: A journal of practice & theory*, 22(1), 109-126.

Krishnan, J. (1994). Auditor switching and conservatism. *Accounting Review*, 200-215.

Kubeck, J. E., Delp, N. D., Haslett, T. K., & McDaniel, M. A. (1996). Does job-related training performance decline with age?. *Psychology and aging*, 11(1), 92.

Lance, C. E., Hedge, J. W., & Alley, W. E. (1989). Joint relationships of task proficiency with aptitude, experience, and task difficulty: A cross-level, interactional study. *Human performance*, 2(4), 249-272.

Libby, R., & Frederick, D. M. (1990). Experience and the ability to explain audit findings. *Journal of Accounting Research*, 28(2), 348-367.

Libby, R., & Luft, J. (1993). Determinants of judgment performance in accounting settings: Ability, knowledge, motivation, and environment. *Accounting, organizations and society*, 18(5), 425-450.

Libby, R., & Tan, H. T. (1995). The role of knowledge and memory in audit judgment. *Judgment and decision-making research in accounting and auditing*, 1, 176-206.

Lin, J. W., & Hwang, M. I. (2010). Audit quality, corporate governance, and earnings management: A meta-analysis. *International Journal of Auditing*, 14(1), 57-77.

Liu, L., Xie, X., Chang, Y., & Forgiione, D. (2017). New clients, audit quality, and audit partner industry expertise: Evidence from Taiwan. *International Journal of Auditing*, 21(3), 288-303.

Lopes, A. P. (2018). Audit quality and earnings management. In *Audit quality and earnings management: Lopes, Ana Paula*.

Louis, H. (2005). Acquirers' abnormal returns and the non-Big 4 auditor clientele effect. *Journal of accounting and economics*, 40(1-3), 75-99.

Moeckel, C. (1990). The effect of experience on auditors' memory errors. *Journal of Accounting Research*, 28(2), 368-387.

Monteiro, J. P. R. (2022). *Características do Conselho de Administração e manipulação de resultados em empresas cotadas na Euronext Lisbon*. Católica Porto Business School, Universidade Católica Portuguesa.

Moreira, J. (2008). A Manipulação dos Resultados das Empresas: um contributo para o estudo do caso português. *Jornal de Contabilidade da APOTEC*, 373, 112-120.

Mulford, C. W., & Comiskey, E. E. (2005). *The Financial Numbers Game: Detecting Creative Accounting Practices*. John Wiley & Sons, Inc.

Nguyen, T. T. H., Ibrahim, S., & Giannopoulos, G. (2023). Detecting earnings management: a comparison of accrual and real earnings manipulation models. *Journal of Applied Accounting Research*, 24(2), 344-379.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2021). *Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, Lei n.º 140/2015, de 07 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro*.

Palmrose, Z. V. (1988). An Analysis of Auditor Litigation and Audit Service Quality. *The Accounting Review*, 63(1), 55-73.

Polanyi, M. (1958). *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy*. Chicago University Press.

Priberam. (s.d.). Eficaz. Em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Recuperado em 15 de junho de 2023, de <https://dicionario.priberam.org/eficaz>.

Priberam. (s.d.). Eficiente. Em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Recuperado em 15 de junho de 2023, de <https://dicionario.priberam.org/eficiente>.

Priberam. (s.d.). Experiência. Em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Recuperado em 15 de junho de 2023, de <https://dicionario.priberam.org/experiencia>.

Priberam. (s.d.). Prática. Em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Recuperado em 15 de junho de 2023, de <https://dicionario.priberam.org/pratica>.

Quiñones, M. A., Ford, J. K., & Teachout, M. S. (1995). The relationship between work experience and job performance: A conceptual and meta-analytic review. *Personnel Psychology*, 48, 887-910.

Ramalho, M. (2018). *A qualidade da Auditoria: as Big 4*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Instituto Politécnico do Porto.

Rodrigues, P. G. (2019). *Uma introdução aos modelos de dados em painel: o que são e como se estimam em Stata*. Repositório das Universidades Lusíada.

Santos, A. S. C. (2019). Revisão de Literatura na área da Qualidade de Auditoria. Católica Porto Business School, Universidade Católica Portuguesa.

Schipper, K. (1989). Commentary on earnings management. *Accounting Horizons*, 4, 91-102.

Simunic, D. A. (1984). Auditing, consulting, and auditor independence. *Journal of Accounting research*, 679-702.

Smith, J. F., & Kida, T. (1991). Heuristics and biases: Expertise and task realism in auditing. *Psychological bulletin*, 109(3), 472.

Soe, A. K., Gavurova, B., Oláh, J., & Hasan, M. (2022). Does auditor's attributes impact on professional judgement in a financial audit? Empirical evidence from Myanmar SAI. *Business: Theory and Practice*, 23(1), 218-230.

Solomon, I., Shields, M. D., & Whittington, O. R. (1999). What do industry-specialist auditors know?. *Journal of accounting research*, 37(1), 191-208.

Sonu, C. H., Choi, A., Lee, J., & Ha, W. (2019). Audit partner's length of audit experience and audit quality: evidence from Korea. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 26(3), 261-280

Sundgren, S., & Svanström, T. (2013). Audit office size, audit quality and audit pricing: evidence from small-and medium-sized enterprises. *Accounting and Business Research*, 43(1), 31-55.

Sweeney, A. P. (1994). Debt-covenant violations and managers' accounting responses. *Journal of accounting and Economics*, 17(3), 281-308.

Tesluk, P. E., & Jacobs, R. R. (1998). Toward an integrated model of work experience. *Personnel Psychology*, 51(3), 321-355

Texier, J. P. C. (2011). A experiência do auditor como factor determinante da qualidade da auditoria. *Universidade Catolica Portuguesa*.